

Ano IV - Edição 43

FENACON

Julho de 1999

AUDITORIAS DE OLHO no mercado da contabilidade

Grandes empresas de auditoria descobrem o fértil mercado da contabilidade no Brasil e decidem abrir unidades de negócios para atender ao setor

Responsabilidade Profissional
Secretário da Receita Federal diz a Fenacon que foi mal interpretado sobre o projeto de lei que co-responsabiliza contador por crimes fiscais praticados por clientes

Anúncio Nasajon



Empresas de auditoria estão de olho no mercado de execução de serviços contábeis. Elas avançam muito rápido, mas mostram cautela e zelam pelos impedimentos éticos, cujas normas ditam que clientes de auditoria não podem ser, simultaneamente, clientes de execução contábil. Nesta reportagem de André Luiz de Andrade, Trevisan e Ernst Young mostram suas experiências nesse novo ramo de negócio.

Pág 14

CARTAS & E-MAILS

Crimes Tributários 04

RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

Everardo desmente intenção de co-responsabilizar contabilistas por fraudes de clientes 06

REFORMA TRIBUTÁRIA

Independência dos municípios deve ser meta da reforma 08

ESTRUTURA

Obtendo um ambiente de trabalho bem iluminado 10

TRABALHO

Fórum sinaliza necessidade de modernizar

relações trabalhistas 12

MERCADO

Grandes auditorias entram na área de execução contábil 14

RECURSOS HUMANOS

Profissionais de RH se preparam para maior encontro do setor 16

CONTABILIDADE & INTERNET

Reduzindo custos com a navegação 18

REGIONAIS

MA, SP, RJ, MT e SC 19

VIII CONESC

Ficha de Inscrição 26

REFORMA TRIBUTÁRIA



Estudiosos de contabilidade trabalharam intensamente para avaliar as 98 propostas de reforma que circulam no Congresso Nacional. A tarefa foi dada pela Comissão Especial de Reforma e resultou em um documento onde foram enumerados os principais pressupostos aos quais deputados devem se ater ao relatar e votar suas propostas.

RELAÇÕES TRABALHISTAS



“O modelo de tirar o conflito de dentro das fábricas está esgotado”, anuncia Pazzianoto em fórum que discutiu reclamações trabalhistas em SP.



FENACON

R. Augusta, 1939 - Cjs 42 e 43
01413.000 - São Paulo - SP
Telefax (011) 3063.0937 - 282.2218

A Revista Fenacon é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>

Tiragem: 50 mil exemplares

Jornalista Responsável: Diva de Moura Borges. Diagramação: Marcelo Bandeira. Produção Editorial: JV & BST Comunicação - Telefax (011) 3061.1884. R. Cristiano Viana, 561 - 1º andar - 05411.000 - São Paulo - SP

Conselho Editorial: Eliel Soares de Paula, Annibal de Freitas, Helio Cesar Donin, Pedro Coelho Neto, Carlos Kinas Sobrinho, Luiz Antônio Schmidt Travaína e Euclides Locatelli.

Diretoria da Fenacon

Presidente: Eliel Soares de Paula;
Vice-Presidente - Região Sudeste:
Annibal de Freitas;
Vice-Presidente - Região Nordeste:
Pedro Coelho Neto;
Vice-Presidente - Região Sul:
Carlos Kinas Sobrinho;
Vice-Presidente - Região Centro-Oeste/Norte:
Luiz Antônio Schmidt Travaína;
1º Diretor Financeiro: Moacir Corso;
2º Diretor Financeiro: Durval Alves;
1º Diretor Administrativo: Helio Cesar Donin;
2º Diretor Administrativo: Euclides Locatelli;
Diretor de Relações Interentidades:
José Antônio de Godoy.

Suplentes

Gerivaldo Pereira da Silva; Izabel Rodrigues Liipke; Jodoval Luiz dos Santos; Moisés Antônio Bortolotto; José Geraldo Lins de Queiroz; Horizon Donizett Faria de Almeida; Aguinaldo Mocelin; Mauro Gonçalves Cardoso.

Conselho Fiscal

Iracélio Perez; José Rojo Alonso; Paulo Bento. Suplentes: Alfredo Alexandre de Miranda Coutinho; Aluizio Bezerra de Mendonça; Flávio Jair Zanchin.

Delegados Confederativos

Eliel Soares de Paula
Irineu Thomé

Revista Fenacon

Fale com a Redação

Telefax: (011) 3061.1884

E-mail: bstdiva@opus.com.br

JV & BST Comunicação
R. Cristiano Viana, 561
05411-000 - São Paulo - SP

Crimes Tributários

Quero registrar minha indignação com o projeto de lei da Receita Federal de responsabilizar criminalmente o contabilista pelos crimes tributários de seus clientes. É um absurdo querer passar a limpo o problema cultural de não pagar impostos neste país nas costas dos contabilistas. Como, do escritório, nós vamos "fiscalizar nossos clientes"? Todos defendemos a honestidade e austeridade contábil, mas sobretudo um imposto justo e que todos paguem. Veja o exemplo da Ford, quantos incentivos fiscais. Vai gerar emprego? Ótimo. Mas, não valeria a pena dar incentivo às pequenas empresas que representam 99% dos empregos do país? Após criar uma moralização tributária (ex.: desvios de verbas, casos do INSS, entre outros) e tendo um imposto justo. Nada mais justo do que medidas de peso de cobrança e responsabilidade. Os órgãos de classe devem intervir e se necessário uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ou seremos coroados como "agentes do fisco" ou "despachantes tributários". Pois não há muito tempo de sobra com este mar de burocracia e multas criadas, visando sobretudo o contabilista. Parabéns pela revista.

Adilson Torres
Guaxupé - MG

Simples para escolas

Lemos na Revista Fenacon, nº 41, à página 8 (edição de maio/99), reportagem a respeito de uma escola que está pleiteando enquadramento no Simples. Como estamos cogitando entrar com semelhante ação, pedimos informar: 1 - A liminar obtida pela escola foi cassada?; 2 - Existe por parte da Fenacon alguma estatística nacional a respeito dos processos relativos ao Simples, ou seja, quantas liminares obtidas, cassadas, quantos ganhos de causa em favor do enquadramento no Simples em 1ª instância e nas demais instâncias etc? Caso afirmativo, pedimos um extrato de tais estatísticas.

Marcos Paulino
Condata - Contabilidade, Auditoria e Consultoria S/C Ltda.
E-mail: marcospaulino@nutecnet.com.br

Nota da Redação: Informamos juntamente ao advogado responsável pela ação que a liminar não foi cassada. Mais

dados sobre o tema podem ser obtidos junto à assessoria jurídica da Fenacon.

Boletim Net IOB

Parabéns a todos da Fenacon, pois as informações enviadas através da parceria com a IOB são de fundamental importância e, com mais uma vantagem ... Chegam em tempo real. Prova disso foi a informação do novo vencimento da Cofins, ainda que no Estado de São Paulo, o dia 9 de julho é feriado, o que obrigaria as empresas de contabilidade executarem seus serviços até no máximo dia 7 de julho.

Edicler C. Carvalho
Itamaraty Contabilidade
S. J. do Rio Preto - SP

Monografia "Tecnologia"

Solicito material para elaboração de minha monografia, que tem por tema "Tecnologia no Campo da Contabilidade", pois estou tendo muita dificuldade para encontrar material atualizado para a efetivação deste trabalho. Gostaria, se possível for, de contar com vossa ajuda para suprir minha carência, pois já não disponho de muito tempo para a finalização desta obra. Na certeza de um breve retorno, externo meus sinceros agradecimentos pela atenção que obtive.

Kátia Arlete Martins Jorge
Estudante do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Campus II - Imperatriz - MA

Relação com clientes

Meu nome é Camila, estudo na UIFES - Universidade Federal do Espírito Santo, estou cursando o último período e o assunto "A relação da empresa de contabilidade com o seu cliente" é o tema da minha monografia. Gostaria muito se vocês pudessem me enviar alguma matéria sobre o assunto. Esta relação seria tudo o que contador poderia oferecer a seus clientes desde o atendimento à relatórios, sendo estas pequenas e médias empresas.

Camila
E-mail: lrz@escelsa.com.br

Nota da Redação: A Fenacon não disponibiliza, no momento, de banco de dados para a consulta científica. Entretanto, algumas informações que

poderiam contribuir para o trabalho da estudante podem constar da coleção de Revistas Fenacon, disponível através da Internet (site: www.fenacon.org.br).

Conferência Interamericana

Gostaria de parabenizar, em nome da nossa equipe, a excelente revista que nos é enviada mensalmente - já que a mesma consegue unir em poucas páginas uma variedade muito elevada de assuntos que interessam a classe contábil. Desejo saber mais informações sobre a XXIII Conferência Interamericana de Contabilidade, em Porto Rico.

Marcelo Casara

Mocasa Organizações Contábeis Ltda.
Caxias do Sul - RS

Nota da Redação: A XXIII Conferência Interamericana de Contabilidade, que ocorrerá de 2 a 5 de agosto, em Porto Rico, é um evento bienal da Associação Interamericana de Contabi-

lidade, considerado também o mais importante da entidade. Entidades de contabilidade no Brasil normalmente mandam representantes aos eventos da AIC. Caso queira participar, o leitor pode obter informações detalhadas sobre a Conferência no site da entidade realizadora: <http://www.respondanet.com/AIC>. É bom lembrar que, na mesma ocasião e mesmo local, acontecerá o III Congresso Interamericano de Professores da Área Contábil.

Solidariedade

Compatibilizo-me com o desabafo do colunista Nivaldo Cleto (Edição 42). Somos vítimas de pessoas responsáveis que não pensam. Parabéns pela iniciativa.

José Ednilson Kós
Empresário contábil
São Paulo - SP

Erramos



A coluna "Contabilidade e Internet" errou o endereço do site da notícia "Atualizando valores on-line" publicada na Revista Fenacon, edição 42, de junho de 1999 (página 10). O endereço correto do Site é: <http://www.calculos.com.br>

O colunista Nivaldo Cleto pede desculpas e coloca-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas dos leitores.

Veja coluna "Contabilidade e Internet" desta edição à página 10.

E-mails para esta seção podem ser enviados para divaborges@uol.com.br

Anúncio Exactus

Everardo desmente intenção de co-responsabilizar contabilistas por fraudes de clientes

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, afirmou ao presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula, que foi mal interpretado, sobre o projeto de lei que estaria sendo enviado ao Congresso Nacional, imputando mais co-responsabilidade aos contabilistas sobre fraudes praticadas pelos seus clientes. Isto porque, já existe instrumento legal responsabilizando os profissionais contábeis que sejam coniventes com crimes fiscais. A reunião entre Eliel Soares de Paula e Everardo Maciel, ocorrida no dia 30 de junho, em Brasília, foi solicitada pelo deputado federal Arnaldo Faria de Sá.

A informação sobre o projeto de lei foi publicada no Jornal do Brasil do

dia 4 de junho e reproduzida em diversos outros jornais do país, através da agência de notícias do JB. A matéria citava também que a SRF teria a intenção de fiscalizar as empresas, a partir dos escritórios contábeis. Neste caso, Eliel Soares de Paula ponderou que o método proposto de fiscalização não poderia ser aceito pelas entidades representativas do segmento empresarial contábil, "pois constitui-se numa clara violação de direitos do profissional e da obrigação que este tem com seus clientes".

O deputado Arnaldo Faria de Sá, que também participou da reunião, propôs que fosse realizado um convênio entre CFC e SRF para a punição do profissional contábil que participar de algum tipo de fraude

contra o fisco, em benefício do seu cliente, ou mesmo quando estiver envolvido diretamente em alguma falcatura. Pela proposta, sempre quando houver uma autuação, a SRF envia a denúncia ao CFC parar que este abra um processo ético contra o profissional contábil envolvido.

O presidente da Fenacon também aproveitou a reunião para propor uma parceria entre SRF e Fenacon, através dos Sescons, para a implantação do Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC. "Discuti-



Em reunião promovida pelo deputado Arnaldo Faria de Sá, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel (foto) esclareceu ao presidente da Fenacon notícia divulgada pelo Jornal do Brasil a respeito de um possível projeto de lei que puniria contadores



A forma de fiscalização proposta pela Receita, segundo Eliel Soares de Paula seria uma clara violação de direitos do contador e da obrigação que este tem com seus clientes

mos também sobre a possibilidade de ser aceito arquivamento do Livro Diário em meio magnético ao contrário do que é hoje, em formulários". Ambas as propostas, CAC e Livro Diário, serão apresentadas formalmente pela Fenacon para serem estudadas pelos técnicos da SRF.

Anúncio Nassif

Anúncio Seguradora Roma

Independência dos municípios deve ser meta da reforma

Transferência de impostos para a competência dos municípios, tornando-os mais autônomos. Este é um dos principais pontos defendidos no parecer técnico produzido pelas entidades contábeis sobre os aspectos mais relevantes das 98 propostas de reforma tributária já apresentadas ao Congresso Nacional. O documento pede ainda que seja prevista na emenda constitucional a reincorporação do município àquele ao qual se originou, caso não consiga atingir pelo menos 50% de renda própria, ou seja, não consiga bancar com o custo de sua estrutura. O estudo, concluído no dia 15 de julho, foi solicitado pelo presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara Federal, deputado Germano Rigotto.

O grupo de apoio técnico ao Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários - NPECT, que elaborou o estudo, é composto por Gerson

Estudiosos de contabilidade, reunidos em um grupo de apoio técnico ao Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários, trabalharam intensamente nos meses de junho e julho para avaliar as 98 propostas de reforma que circulam no Congresso Nacional. A tarefa foi dada pela Comissão Especial de Reforma e resultou em um documento onde foram enumerados os principais pressupostos aos quais deputados devem se ater ao relatar e votar suas propostas.

Fonteles e Waldir Gomes Júnior (Fenacon), Sérgio Approbato, Marta Arakaki e Janir Adir Moreira (CFC), Ariovaldo Guello (Ibracon) e Flávio Pacheco (Audibra).

O estudo mostra que a reestruturação do sistema de tributação deve contemplar a justa distribuição da car-

ga tributária, a simplificação e redução do número de impostos e contribuições e a desoneração da produção e das exportações. Tais mudanças, contudo, devem ser acompanhadas de um novo modelo de Estado brasileiro, que defina os recursos tributários necessários a sua manutenção, visando a melhoria da qualidade dos serviços públicos e a erradicação da miséria.

“Uma tributação adequada e sem burocracia proporciona a adesão espontânea do contribuinte e atrai o informal para a legalidade. Isto já foi comprovado pelo aumento da arrecadação federal obtido com os sistemas do Simples e do Lucro Presumido”, cita o documento. Segundo o estudo, a tributação precisa ser flexível para adaptar-se, cada vez mais, a uma sociedade inserida em um contexto de freqüentes mudanças e limitada, para estimular a geração de emprego e renda e criar condições de competitividade internacional.

Para Rosenmman, só falta definir imposto sobre consumo

A proposta de reforma tributária que começa a tomar corpo no Congresso Nacional utiliza bases da tributação mais adotada nos demais países, que são: renda, propriedade e consumo. Para o presidente do NPECT, deputado Max Rosenmman, a definição sobre o modelo ideal de Imposto Sobre o Consumo é a única pendência que realmente resta para definir a nova estrutura do sistema tributário brasileiro. Sobre as outras naturezas de impostos, segundo ele, já está praticamente estabelecido um consenso entre os deputados. “Está tudo



Para o presidente do NPECT, deputado Max Rosenmman, a definição do Imposto Sobre o Consumo é a única pendência da reforma

equacionado, não está difícil”, diz, otimista, sobre o andamento dos trabalhos da Comissão.

Segundo ele, é importante que a

sociedade, através dos sindicatos patronais e de trabalhadores, participem dos debates sobre as propostas de imposto sobre o consumo, que serão retomadas, em agosto, com o retorno do recesso parlamentar. Rosenmman só lamenta o pouco interesse do Governo sobre a Reforma Tributária. “O governo tem participado pouco das discussões”, confirma. Segundo ele, o governo tem deixado as discussões sobre a Reforma Tributária exclusivamente a cargo do Legislativo e sequer possui um interlocutor político para expor o que pensa sobre a Reforma do Sistema Tributário Brasileiro.

A nova estrutura tributária, segundo levantamento do grupo técnico de apoio ao NPECT, deve ser fundamentada nos seguintes pressupostos:

- Poder de tributar - Limitação do poder de tributar, com a eliminação da competência residual da União e a obrigação de edição de lei complementar para alterar ou instituir qualquer imposto ou contribuição;
- Leis tributárias - A legislação de todos os tributos deve ser por lei complementar federal, ficando apenas a administração tributária e os atos normativos, nas competências estadual e municipal;
- Divisão de receitas - Cada ente tributante deve dispor de seus próprios tributos para fortalecer o pacto federativo, eliminando o “passeio” das verbas públicas ou a influência de critérios políticos na sua distribuição. Dentro deste novo modelo, o sistema de repartição de receitas e os fundos de participação deverão ser revistos e extintos, gradualmente;
- Incentivos Fiscais - Para evitar abusos e permitir o controle da renúncia fiscal correspondente, todos os benefícios e incentivos fiscais devem constar do orçamento do ente federativo concedente;
- Efeito Cascata - É recomendável que sejam adotados tributos não inflacionários e abolidos os incidentes “em cascata”, evitando a sua substituição por adicionais de outros impostos;
- Restrições à micro - Deve ser rejeitada qualquer proposta que restrinja a simplificação tributária a, apenas, algumas atividades de micros e pequenas empresas, pois é necessário atrair a economia informal para a legalidade;
- Simples - O Simples deve ser estendido a todas as micros e pequenas empresas, inclusive, às prestadoras de serviços que utilizam mão-de-obra intensiva. Um novo sistema de financiamento da seguridade social, que desonere o empregador da contribuição previdenciária sobre a folha de salários, afastará, definitivamente, as resistências para a universalização do Simples;
- Imposto sobre a Renda - A legislação atual do Imposto de Renda deve ser mantida, com eventuais ajustes por legislação complementar, evitando o aumento de alíquotas e a dupla tributação de lucros, para manter a integração tributária das pessoas físicas e jurídicas e não estimular a sonegação;
- Imposto Seletivo - O Imposto Seletivo deverá ter normas próprias e ser, preferencialmente, monofásico, com alíquotas e guias distintas para a União e os Estados/DF, sendo a primeira alíquota em dobro da segunda, para que o Estado reparta a arrecadação com os seus municípios. Ainda que seja implementado como não-cumulativo, o Imposto Seletivo deve ser mantido em separado do IVA, e os serviços, atualmente incluídos no ICMS, passariam para o seu campo de incidência;
- ICMS - A denominação do ICMS deve retornar para ICM, com a transferência dos serviços para a incidência do Seletivo, preservando o acervo jurisprudencial formado ao longo de décadas;
- Substituição Tributária - O regime de substituição tributária do ICM deve ser mantido sobre as grandes bases de incidência, como meio moderno de arrecadação antecipada, inibindo a sonegação e simplificando o sistema;
- Grandes Fortunas - O Imposto sobre Grandes Fortunas, não regulamentado desde 1988, deve ser extinto, até porque representa nova incidência sobre bens já tributados;
- Seguridade Social - A Seguridade Social deve ser financiada por toda a sociedade, com recursos repassados pela União, Estados e Municípios, pelas contribuições dos segurados e sobre concursos e prognósticos, além do IMF - Imposto sobre Movimentação Financeira. O Imposto Seletivo e o IMF podem funcionar como instrumentos de arrecadação universalizada, para substituir a contribuição patronal sobre a folha de salários, e captar os recursos necessários ao custeio da Seguridade Social, que deve ser reformulada para atender, de modo mais eficaz, apenas aos segurados de menor renda. Os segurados de maior poder aquisitivo passarão a ser atendidos pelos sistemas de saúde e previdência administrados pela iniciativa privada, regulados e fiscalizados pelo poder público;
- Regras Estáveis - A atividade empresarial carece de um mínimo de regras estáveis no campo tributário para sobreviver, manter sua função social de gerar empregos, planejar seus investimentos e fomentar a retomada do desenvolvimento.
- Municípios Fortalecidos - Os municípios devem ser valorizados, transferindo para a sua competência o Imposto sobre a Propriedade (englobando o IPTU, IPVA, ITR, ITBI e ITCM) e mantendo o ISS vigente, em separado do IVA ou ICMS. O IPVA deve ser transferido para os municípios, por terem, estes, assumido a administração do trânsito. O ITR cobrado pelos municípios torna mais fácil a fiscalização da produtividade rural e força a criação de políticas locais de desenvolvimento das propriedades. Com estas medidas, deve ser previsto na emenda constitucional que, se algum município não conseguir alcançar dentro de certo prazo, pelo menos 50% de receitas próprias, cobrando os impostos de sua competência, passa a ser reincorporado àquele do qual se desmembrou ou fusionado com o mais próximo. Para a criação de novos municípios, além das regras atuais, deve ser exigido que o município desmembrado atenda aos mesmos requisitos mínimos de receita própria. Com isso, os municípios, por estarem mais próximos dos cidadãos, terão mais autonomia para implementar, prioritariamente, políticas públicas e as práticas assistencialistas deverão ser substituídas por ações de geração de emprego e renda, com o objetivo de redução da pobreza.



Como seria a arrecadação no modelo sugerido

COMPETÊNCIA	BASE DE INCIDÊNCIA	TRIBUTOS
União	. Renda . Transações Financeiras . Importação/Exportação . Salários, Concursos e Prognósticos . Bebida, Fumo, Energia, Transporte, Telecomunicações, Combustíveis, Armas, Munições e Veículos Automotores	. IRPJ e IRPF . IOF e IMF . Comércio Exterior . Seguridade Social . Seletivo
Estados e DF	. Consumo	. ICM
Municípios	. Serviços . Patrimônio	. ISS . Imposto sobre Propriedades (IPTU + ITR + IPVA + ITBI + ITCM)

Obtendo um ambiente de trabalho bem iluminado

Apesar de ser elemento indispensável em um local de trabalho, nem sempre a iluminação recebe a atenção devida por parte das empresas. Um correto projeto de iluminação, garantem especialistas, pode ir além dos efeitos estéticos e funcionais, e trazer redução sensível de gastos com energia elétrica. Por outro lado, a luz precária ou má posicionada pode tornar desagradável e desconfortável um ambiente, causando o cansaço físico e mental dos funcionários.

E importante que a pessoa se sinta bem no local onde está trabalhando. Se a iluminação é insuficiente, no final do dia ela estará cansada, confirma o arquiteto Sérgio Teperman, vice-presidente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - Asbea. O arquiteto destaca que, sobre o plano de trabalho (local onde o funcionário executa suas atividades), deve incidir uma iluminação de 500 lux (índice que mede o resultado luminoso, a quantidade de luz que chega ao objeto ou ao plano de trabalho). Este nível de iluminação é determinado pelas Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador do Ministério do Trabalho.

Em um ambiente de trabalho, as lâmpadas mais indicadas são as do tipo fluorescentes. Elas chegam a

reduzir em até 70% o consumo de energia elétrica em relação as do tipo incandescentes (amarelas), além de produzirem um fluxo luminoso maior, ou seja, iluminarem mais o ambiente. Uma incandescente, por exemplo, consome 100 watts por hora, enquanto uma fluorescente, de 37 a 40 W/h. Outro exemplo: uma lâmpada incandescente de 100 W produz 1.350 lumens (unidade de fluxo luminoso, a quantidade de luz emitida pela lâmpada). Já uma fluorescente de apenas 30 W produz 2.000 lm. Em ambientes menores, podem ser usadas as lâmpadas fluorescentes compactas, de até 23 W, colocadas



As luminárias, além ajudarem a perfazer a quantidade de luxes necessários sobre o plano de trabalho, evitam a formação de sombras e podem reduzir o reflexo nas telas dos monitores, prejudicial à visão humana

nos mesmos bocais das comuns.

Luminárias

As luminárias são outro aspecto importante em um projeto de iluminação. Acopladas às mesas, além de ajudarem a perfazer a quantidade de luxes necessários sobre o plano de trabalho, evitam a formação de sombras. E dependendo da posição e do tipo, também podem reduzir o reflexo nas telas dos monitores, prejudicial à visão humana. A empresa Philips possui luminárias de teto para lâmpadas fluorescentes, que são antiffuscantes, ou seja, evitam também reflexão nas telas dos computadores. São feitas de

Anúncio
DP Comp

aletas (pequenas grades das luminárias) parabólicas, que evitam a incidência da luz diretamente para baixo, distribuindo-a mais em todo o ambiente. Estas luminárias podem ser embutidas ou de sobrepor e também com aletas anodizadas (de alumínio com alto grau de pureza) ou brancas.

Em um projeto de iluminação, as luminárias têm um papel importante na economia de energia elétrica. Teperman destaca que, ao invés de luminárias pintadas, a empresa pode utilizar as de alumínio polido, mais reflexivas, que tornam o ambiente melhor iluminado. "Ganha no consumo, além de poder usar um número menor de luminárias na sala", diz o arquiteto.

Barreiras à luz

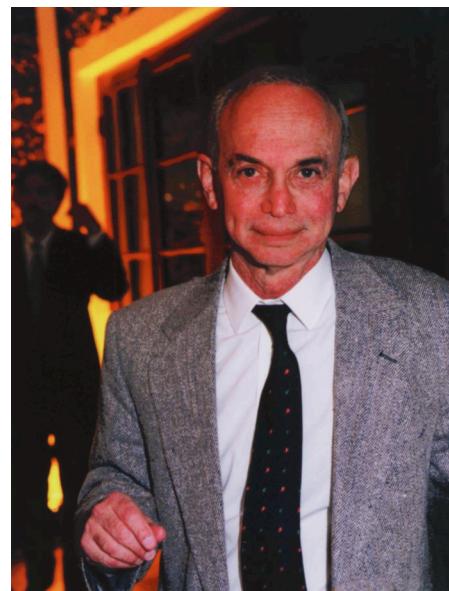
Mas não só a luz artificial deve ser explorada em um local de trabalho. Um projeto arquitetônico em uma empresa pode redimensionar os móveis para evitar barreiras à luz natural. Outra medida é a utilização de divisórias de vidros translúcidos, ao invés das de madeira, que permitem à luz chegar à parte mais central da sala.

Nas janelas, uma opção é o vidro com películas do tipo coloridas que absorvem parte da insolação. Mais utilizadas para diminuir o calor, evitando uma carga maior do ar

condicionado, essas películas também têm a vantagem de permitir a entrada de luz natural. Outro método simples e eficaz de controle da intensidade de luz no interior de um ambiente são as persianas, que ainda ajudam a controlar a incidência da luz solar, com a regulagem da sua inclinação de acordo com o horário do dia. Neste caso, ajudam, principalmente, de manhã cedo e ao final da tarde, quando o sol está baixo.

Já em ambientes como recepções, salas de reunião e espera, Teperman recomenda que sejam explorados tipos de iluminação diferenciados. É o caso das lâmpadas halógenas, que proporcionam mais intensidade de luz em um determinado ponto do ambiente, ou mesmo as amarelas, que tornam os ambientes mais aconchegantes (as fluorescentes criam um clima de maior atividade).

A cor também é um elemento importante, do qual depende a elaboração de um projeto de iluminação. "Não adianta colocar a iluminação perfeita e pintar tudo de preto", brinca Teperman. Ele recomenda cores claras, como branco, bege, cinza claro, por serem mais reflexivas e causarem menos visão. Por outro lado, para evitar que um ambiente fique monocromático e monótono, tornan-



O arquiteto Sérgio Teperman, vice-presidente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - Asbea, explica que a luz natural também deve ser explorada em um local de trabalho

do-o mais movimentado, a saída é utilizar cores nos móveis e explorá-las na decoração da sala de trabalho.

Mas Teperman ressalta que a qualidade de um ambiente de trabalho depende da conjunção de vários itens, tais como: o nível de ruído, condições de temperatura e fluxo de trabalho. "A iluminação sozinha não resolve nada. Ela é apenas um dos componentes de um projeto", ressalta o arquiteto.

Anúncio Copan
1/3 pag

Fórum sinaliza necessidade de modernizar relações trabalhistas

Estatísticas demonstram um crescimento brutal no número de reclamações trabalhistas na Justiça. E nessa esteira, tem crescido também a preocupação das empresas em evitar esse tipo de conflito que geram custos de enormes proporções, cujo retorno não existe. A IOB convidou expoentes dessa questão para debater o assunto em um fórum ocorrido em São Paulo. A Revista Fenacon acompanhou o evento e extraiu algumas das principais colocações do grupo de debatedores e palestrantes, composto por sindicalistas, advogados, professores, juízes e o ministro do TST, Almir Pazzianoto.

A CLT transformou a luta de classes em um processo judicial. Ela foi uma obra completa, coerente e, durante muito tempo, a legislação mais avançada do mundo no campo do trabalho, mas está desatualizada. Funcionou, ninguém pode dizer que não, mas hoje tem os seus defeitos. A análise foi feita pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho - TST, Almir Pazzianoto, durante Forum IOB sobre Reclamações Trabalhistas, ocorrido em 18 de junho, em São Paulo.

O evento discutiu as transformações nas relações de trabalho deste final de século e teve a participação de outros nomes de peso do setor: Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Vicente Paulo da Silva, presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Amauri Mascaro Nascimento; Luiz Carlos Robortella, Wladimir Martinez, advogados e Sérgio Pinto Martins, juiz presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo.

Para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho - TST, Almir Pazzianoto,

anoto, que encerrou o evento abordando o tema "Justiça do Trabalho e Poder Normativo", sem que sejam resolvidos os conflitos entre capital e trabalho, não haverá saída para os problemas econômicos e sociais do país.

O modelo está inviabilizado, afirmou Pazzianoto lembrando que foram ajuizadas, de 1990 a 1998, mais de 17 milhões de novos processos na justiça trabalhista. Em apenas uma tarde, os 27 ministros do TST tiveram, recentemente, que julgar cerca de 500 processos. "O modelo de tirar o conflito de dentro das fábricas está esgotado", concluiu

Pazzianoto não opinou sobre as propostas de extinção da Justiça do Trabalho e sua absorção pela Justiça comum. Apenas disse ser contra, sem que nada a substitua. "O conflito vai continuar existindo, porque é da natureza do modelo industrial". Mas apresentou algumas idéias. Segundo ele, as reformulações podem começar com a aceitação de um novo tipo de contrato, o da terceirização. Citou também a maior abrangência do contrato temporário e de curta duração, "que provocam hoje inúmeras reclamações trabalhistas".

Justiça econômica

Sobre o tema estrutura sindical, segundo Pazzianoto, nenhum país democrático do mundo adota o sindicato único existente no Brasil, o que vai contra a própria Organização Internacional do Trabalho. A OIT dá ao trabalhador o direito de se organizar de maneira livre e autônoma. O ministro comentou ainda sobre o poder normativo, juízo de equidade ou arbitral que atua no vazio da Lei, conferido à Justiça do Trabalho.

O poder normativo é aplicado, por exemplo, nas decisões dos Tribunais



Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC: na defesa de um processo de organização sindical autônomo.



O advogado e professor de Direito do Trabalho na USP, Amauri Mascaro Nascimento, faz um retrato da situação do empresário brasileiro: "o patrão promove uma engenharia para dar mais ao empregado sem que se configure salário"



Para advogado e professor Luis Robortella, a terceirização permite ao empresário focar mais em seu ramo de atuação, mas se justifica quando a empresa busca parceiros visando obter maior qualidade e produtividade.

Regionais e do Tribunal Superior do Trabalho em dissídios coletivos. Pazzianoto destaca que, neste caso, a Justiça do Trabalho está julgando conflitos de natureza econômica. "Não queremos julgar dissídios coletivos. Esse é o pensamento da Justiça, principalmente no TST", ressalta e justifica: "A Justiça do Trabalho não tem o poder de redistribuição de renda".

Organização Sindical

Para Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a livre negociação entre patrões e empregados no Brasil tem um inibidor que é formado pelo tripé: estrutura sindical - que não atende mais a realidade do país, o poder normativo da Justiça do Trabalho e a contribuição sindical.

Marinho defendeu que o processo de organização sindical seja autônomo. A organização sindical poderia ser obtida a partir do local de trabalho. O modelo ajudaria a agilizar a solução dos conflitos, evitando que chegassem a esfera judicial. "No Brasil, o processo de negociação, muitas vezes, é a melhor saída". Mas, para isso, ressaltou que o empresário deve ser transparente nas negociações em relação às reais capacidades da empresa em atender ou não o que é reivindicado pelos funcionários.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Vicente Paulo da Silva, também defendeu "o fortalecimento das negociações até a exaustão". Mas reclamou que a cultura da negociação direta por parte dos empresários também tem muito a evoluir, e criticou a pouca atenção dada ao trabalhador que, muitas vezes, é desrespeitado e visto apenas como uma peça. "Falta qualidade total nesta área".

Terceirização

O segmento de serviços é hoje o que mais cresce no Brasil, em grande parte devido ao fenômeno da terceirização, que ajuda a fomentar a multiplicação de micros e pequenas

empresas, maiores impulsionadoras da economia e geradoras de empregos. Segundo Luiz Carlos Amorim Robortella, advogado e professor de pós-graduação na Universidade Mackenzie, o modelo é irreversível e representa um desmonte da velha estrutura tradicional: a empresa auto-suficiente que se responsabilizava por quase todas as partes do processo produtivo.

A importância do segmento cresce, a cada dia, não só no Brasil mas em todo o mundo. No Brasil, há 4,5 milhões de micros e pequenas empresas (98,3% do total), que asseguram 60% dos empregos privados. Nos EUA, há 23,5 milhões de micros e pequenas empresas, que geram 39% do PIB e ocupam mais de 50% da mão-de-obra empregada. Na Áustria, elas representam 99% da atividade econômica e na América Latina, respondem por 50% do PIB continental.

Para Robortella, a terceirização permite ao empresário focar mais em seu ramo de atuação e só se justifica quando a empresa busca parceiros visando obter maior qualidade e produtividade. Segundo ele, algumas características devem marcar um contrato de terceirização. A empresa fornecedora e não a tomadora deve exercer o poder de comando e fiscalização dos seus empregados e o serviço prestado deve ser especializado. Mas ressalta que, na terceirização, deve ser reprimida a fraude, com o "tráfico de mão-de-obra". Neste caso, a empresa é constituída para fugir de encargos trabalhistas, apenas se apropriando da diferença do que é pago pelo contratante e ao trabalhador.

Advocacia preventiva

Outro tema abordado no evento foi sobre advocacia preventiva. O professor de Direito do Trabalho da USP e PUC-SP, Amauri Mascaro Nascimento, chamou a atenção para o fato de que, muitas vezes, o patrão promove uma engenharia para dar mais ao empregado sem que se configure salário. O objetivo é evi-



"O modelo de tirar o conflito de dentro das fábricas está esgotado", anuncia Pazzianoto, citando números: em apenas uma tarde, os 27 ministros do TST tiveram, recentemente, que julgar cerca de 500 processos



Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Vicente Paulo da Silva, a cultura da negociação direta por parte dos empresários também tem muito a evoluir

tar, com brindes, prêmios, bônus, planos de seguro etc, os altos encargos e reflexos sobre os salários.

Mas, segundo Mascaro, o que acontece, é o pagamento de salários apenas com outros nomes. "Aí vem toda essa cascata em cima disso aí". Isso porque, explica o professor, tudo que é habitual é salário e o que é ocasional não é salário. Mascaro também alerta para o cuidado com automóveis, celular ou BIP, em poder do empregado que podem se configurar trabalho efetivo. Neste caso, pode recair sobre uma indenização trabalhista, o sobreaviso de 1/3 ou até 24 horas de trabalho. Mas, segundo ele, os juizes estão acabando com esse entendimento.

Grandes auditorias entram na área de execução contábil

Empresas de auditoria estão de olho no mercado de execução de serviços contábeis. Elas avançam muito rápido, mas mostram cautela e zelam pelos impedimentos éticos, cujas normas ditam que clientes de auditoria não podem ser, simultaneamente, clientes de execução contábil. Nesta reportagem de André Luiz de Andrade, Trevisan e Ernst & Young mostram suas experiências nesse novo ramo de negócio.

As empresas de contabilidade brasileiras vêm, de alguns meses para cá, ganhando competidoras de peso do cenário nacional e internacional. São as grandes empresas de auditoria que começam a expandir os seus negócios e buscar um novo nicho de mercado - a execução contábil. É o caso da Trevisan Auditores que, em outubro do ano passado, criou a Trevisan Serviços Integrais. Em poucos meses, a nova empresa do grupo Trevisan já possui uma carteira de 130 clientes, atendidos por 90 funcionários.

Uma das armas utilizadas para conquistar um número expressivo de clientes foi o nome Trevisan, de credibilidade consolidada no segmento da auditoria. "A marca é imprescindível nesse momento", confirmou o sócio-diretor, Roni de Oliveira Franco. Tanto que uma das ações de marketing que vêm sendo utilizadas é a divulgação do novo "produto" em eventos promovidos pelo Grupo Trevisan. As metas para o novo negócio são também ambiciosas. A empresa pretende dobrar o número de clientes até o início do próximo ano. Em setembro, será inaugurada a primeira filial da em-

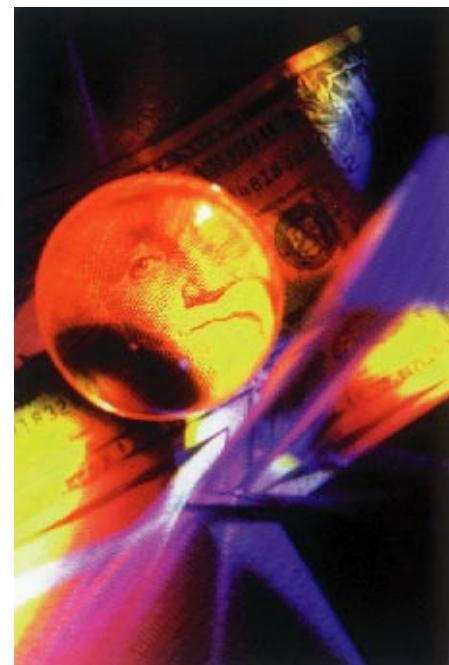
presa no Rio.

Mas por que o interesse em explorar também a área contábil? "No Brasil, as grandes já dominam o mercado de auditoria e, por outro lado, há um outro mercado enorme de serviços de contabilidade", responde Roni. Outro ponto que conta a favor das auditorias é o *know how*. "As empresas de auditoria são formadas por contadores e já tem notória especialidade em contabilidade".

Roni destaca que o mercado visado pela Trevisan é o de pequenas e médias empresas, incluindo as que vêm de fora, trazidas pelos ventos da globalização. Entre elas, estão as que licenciam produtos no país e precisam abrir suas representações locais. Nestes casos, muitas vezes, a Trevisan é procurada apenas para cuidar do processo de abertura da empresa. Mas a continuidade da prestação do serviço de contabilidade é praticamente certa. "De cada 10, nove ficam com a gente".

Mas o foco de mercado da Trevisan não deixa de abranger também as grandes empresas, incluindo as multinacionais, que chegam ao Brasil com auditorias 'referenciadas'. "Se nós não podemos fazer a auditoria, podemos fazer a contabilidade". Hoje, 70% dos clientes da Trevisan são empresas nacionais e 30% são empresas de capital estrangeiro. Do total, 10% são grandes empresas.

Roni ressalta que a terceirização do departamento contábil é sempre um bom negócio e pode representar uma economia de 30 a 35% para o cliente. Se a empresa optar em ter funcionários alocados no ambiente de trabalho, a economia fica entre 15 a 20%. Além disso, a empresa terceirizada possui uma estrutura organizacional para oferecer um serviço especializado e



cumprimento de prazos.

Para manter a independência entre a atividade de auditor e de contador, a Trevisan Serviços Integrais foi constituída como uma nova empresa, com pessoa jurídica própria. "O mercado que nos interessa é o de clientes que nós não auditamos". A empresa ocupa, inclusive, uma unidade própria, no centro de São Paulo, com 1.000 m². "Tivemos uma preocupação enorme com relação à ética profissional. Se eu audito, não contabilizo; se eu contabilizo, não audito".

Ernst & Young

Outra grande auditoria que chega ao mercado de contabilidade é a Ernst & Young, que criou uma empresa independente de execução contábil, em fevereiro deste ano. Ela se junta às outras empresas do grupo Ernst & Young, que estão presentes em 120 países e possuem um total de 86 mil profissionais. Além da auditoria, o grupo presta serviços nas áre-

as de consultoria de impostos, consultoria financeira, assistência em fusões e incorporações (grandes negociações); avaliação de empresas e consultoria de sistemas.

O sócio-diretor encarregado da área de São Paulo da Ernst & Young, Pedro Farah, preferiu não dizer o nome da mais nova integrante do grupo no país - "é por causa da concorrência". Mas revelou que a empresa aproveita o momento de fortes investimentos externos no Brasil - iniciado a partir de março, após a desvalorização do real -, focando no nicho de mercado das pequenas e médias empresas de capital estrangeiro, parceiras

de multinacionais. "Prestamos serviços a clientes internacionais que não têm massa e volume de negócios para ter um contador dentro de casa e precisam de contadores terceirizados", destacou.

O sócio-diretor lembra também que há uma crescente tendência mundial das empresas dedicarem esforços em suas atividades fim, terceirizando as atividades meio. Portanto, não só as pequenas e médias empresas estariam buscando a terceirização, mas também, grandes corporações, que querem concentrar atenção apenas em sua principal "missão".

"Muitas empresas nos procuram para esse serviço", destaca Farah, apontando para o cada vez mais amplo leque da contabilidade. "É um mercado muito interessante. As oportunidades estão em vários pontos", confirma. E, apesar de um público-alvo bem definido, Farah não descarta novas conquistas. "Nada nos impede de procurar novos nichos de mercado no futuro". Ele prevê um crescimento expressivo nos próximos dois anos, quando a empresa deve dobrar de tamanho.

A independência entre auditoria e contabilidade também foi o principal cuidado da Ernst & Young ao criar uma empresa de execução contábil no Brasil. "Nós não podemos prestar serviços de contabili-



Pedro Farah, sócio-diretor encarregado da área de São Paulo da Ernst & Young: focando nicho de mercado das pequenas e médias empresas de capital estrangeiro, parceiras de multinacionais



Roni de Oliveira Franco, sócio-diretor do Grupo Trevisan: "Tivemos uma preocupação enorme com relação à ética profissional. Se eu faço auditórios, não contabilizo; se eu contabilizo, não faço auditórios"

dade se já prestamos de auditoria. Os dois tipos de trabalho são incompatíveis em uma mesma empresa", fez questão de destacar, Pedro Farah. Segundo ele, se em determinado momento o cliente cresce e escolhe a Ernst & Young para ser auditada, precisará optar pela continuidade do serviço de contabilidade ou pela auditoria. Farah destaca ainda que, quando não há possibilidade de realizar a contabilidade de um cliente, a Ernst & Young tem como praxe indicar três ou quatro outras empresas contábeis para o serviço.

Anúncio Alterdata

Profissionais de RH se preparam para maior encontro do setor

► **Revista Fenacon - Qual será a abordagem principal do Congresso Nacional de Recursos Humanos?**

► **Mattos -** Nós vamos mostrar grandes exemplos de organizações vitoriosas, de resultados, de empresas que investiram em pessoas. Mostrar como essas empresas podem ser modelo para outras, já que a gente acredita que o resultado só se obtém através das pessoas e que tudo mais são ferramentas a serviço delas. Vamos mostrar exemplo de empresas; carreiras individuais; vamos falar sobre o impacto das mudanças nas privatizações; sobre um novo mercado de trabalho chamado "Terceiro Setor", que são organizações sem fim lucrativos, não governamentais; vamos falar do sucesso de pequenas e médias empresas, ou seja, serão três dias de evento, onde mostraremos como as empresas podem, através de pessoas, obter os melhores resultados.

► **Revista Fenacon - Qual a função e os limites de atuação de um profissional de RH em uma empresa?**

► **Mattos -** Desenvolver um papel de consultor interno, assessorando as diversas chefias, gerências e diretoria da empresa, e orientando em tudo o que diga respeito sobre como tratar com as pessoas. Tudo aquilo que envolve gente dentro da organização tem a ver com a função de recursos humanos. Basicamente: recrutar, selecionar, treinar e desenvolver as pessoas, orientar carreira, ver aspectos vinculados a higiene, segurança, medicina do trabalho. O profissional de RH tem que ter um comportamento de consultor interno. Deve ter uma capacidade de encontrar soluções, desenvolver projetos, fazer trabalho de pesquisa, depois implementar, ajudar uma gerência, ajudar as áreas de ponta a implementar o projeto. É como um consultor organizacional de outra área, só que a função dele é conhecer pessoas.

► **Revista Fenacon - Com esse leque de conhecimento, o profissional de RH pode ajudar na tomada de decisão da empresa?**

"Construindo com as pessoas, um modelo brasileiro de gestão para o século XXI" é o tema do 25º Conarh, o maior encontro nacional voltado para profissionais de recursos humanos que acontecerá de 25 a 27 de agosto no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo. O evento é uma realização da Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH e mostra a preocupação da entidade - que existe há 33 anos e congrega em torno de 10 mil associados, entre pessoas físicas e empresas -, com as transformações pelas quais passam organizações e funcionários diante do mercado globalizado e do avanço tecnológico neste final de século. A Revista Fenacon conversou com o presidente da ABRH, Cássio Cury Mattos, que falou sobre a atividade do profissional de RH, que predominantemente é exercida hoje por administradores de empresas e psicólogos. Na entrevista, Mattos comentou ainda sobre o que as empresas buscam no profissional do futuro, conflito tecnologia *versus* ser humano e motivação pessoal.

► **Mattos -** Na hora de uma empresa executar um projeto, por melhor que ele seja, quem o executa? Pessoas executam. Agora, se as pessoas têm o perfil ideal, se as pessoas estão motivadas, se as pessoas têm recursos disponíveis, se as pessoas estão treinadas, capacitadas, quem pode ajudar? O RH é um profissional obrigatoriamente nos dias de hoje vinculado ao negócio da empresa, à atividade fim da empresa. Se a minha empresa presta serviço e eu tenho um profissional de recursos humanos, qual é a função dele?

É ajudar a empresa a prestar o melhor serviço. De que forma? Através de uma máquina? Não. Através das pessoas. Se eu tenho atendimento ao público, se eu tenho uma telefonista, se eu tenho um porteiro, se eu tenho área de assistência técnica, como fazer com que essas pessoas sejam mais capacitadas e que tenham habilidade ou motivação para fazer o trabalho?

► **Revista Fenacon -** Mas, como fazer com que um profissional seja valorizado e tenha atenção dentro da empresa diante da importância e do avanço cada vez mais rápido da tecnologia e da informática?

► **Mattos -** A questão do desenvolvimento tecnológico é irreversível. Você tem que procurar adequar as pessoas às necessidades atuais do mercado de trabalho. Não adianta eu ter uma pessoa incapaz ou sem competência para trabalhar numa tecnologia e acreditar que eu vou motivá-la a trabalhar. Você só pode se preocupar com motivação se as pessoas tiverem recursos intelectuais, condições de implementar seu trabalho, conhecimento e habilidade. É responsabilidade do RH se preocupar com a motivação no ambiente de trabalho. Mas não é uma coisa standard, padronizada. Não existe uma receita de bolo, uma fórmula única. Existe um ambiente organizacional, uma condição estrutural dentro da organização que você tem que estar adequado. Não adianta você querer motivar uma pessoa a prestar um bom serviço, se ela não sabe ouvir, não é paciente, não se interessa por um cliente, não é expansiva, é introspectiva. Como você vai motivar uma pessoa para uma determinada atividade se ela não tem o perfil para a função? Então a responsabilidade de motivar, não é que seja de RH. O RH pode abrir um leque de alternativas. Só que as pessoas para se motivarem precisam estar necessariamente dentro de um perfil exigido para a atividade. Se muda uma tecnologia e a pessoa que está trabalhando não tem

o perfil, não adianta você querer motivar. Essa pessoa não tem qualificação e não tem habilidade.

► *Revista Fenacon - Ela não estaria predisposta a se desenvolver ...*

► *Mattos - Ela até pode estar predisposta, mas vai levar tanto tempo que a empresa não tem esse tempo. Por isso, também, é que acontece o desemprego. O desenvolvimento tecnológico é mais rápido do que o desenvolvimento das pessoas e a adequação das pessoas as necessidades atuais.*

► *Revista Fenacon - Em um mercado de trabalho como o brasileiro, onde há um grande excedente de mão-de-obra, o empresário pode acabar se voltando, se preocupando mais com o aspecto tecnológico, de informatização de sua empresa, do que com o funcionário?*

► *Mattos - Esse é um valor do empresário. Se eu tenho um executivo principal - e é ele quem define os valores e princípios da organização -, se o valor dele é o de desenvolver a empresa através do desenvolvimento das pessoas, você tem uma empresa onde as pessoas são privilegiadas em nível de condições de trabalho, remuneração, prazer, alegria em trabalhar. Se você tem um empresário que não acredita nisso, não é valor para ele, então não adianta imaginar que você vai ter uma política de recursos humanos desenvolvida, porque aquilo não é valor. Quem determina o jeito de se atuar é o executivo principal. Ele é quem define o valor da empresa. A cultura da empresa.*

► *Revista Fenacon - E como está a demanda por serviços de empresas de RH?*

► *Mattos - A área de RH reduziu de tamanho nos últimos anos. Houve uma redução de 20% do número de profissionais nas empresas, chegando em alguns casos a mais de 50% de redução. Entretanto, dentro desse contexto de renovação tecnológica, de desenvolvimento organizacional, da necessidade das empresas, cada vez mais, trabalharem com o conhecimento existente dentro da organização, dentro do conceito que a gente costuma falar de capital intelectual, a função humana ganhou muito espaço. Pode parecer um contrasenso, mas é que tivemos, nos últimos cinco anos, profundas modificações no cenário econômico. Ajustes de quadro pegaram todas as empresas, não só de RH.*



"A pessoa tem que se preparar para o mercado, não tem que se preparar para a empresa onde ela está, não tem que ficar esperando a empresa pagar, a empresa ficar se preocupando com o seu desenvolvimento. Isso é uma coisa passada, quem está fazendo isso está perdendo tempo ou então já está no mercado de trabalho procurando emprego e não está conseguindo"

*Cássio Cury Mattos,
presidente da ABRH*

Com estruturas enxutas, precisamos ficar com as pessoas capacitadas e motivadas e, assim, a função de RH ganhou importância, porque, se nós somos poucos, nós temos que estar energizados. E como é função do RH entender de gente, como energizar as pessoas é uma das soluções que o profissional de RH pode dar.

► *Revista Fenacon - Com essa realidade do mercado de trabalho, onde se busca pessoas cada vez mais qualificadas, o RH está tendo um papel importante no recrutamento de pessoal para as empresas?*

► *Mattos - Se eu estou dizendo que as empresas estão enxutas, estão com poucas pessoas trabalhando, cada vez é menor o número de pessoas. Estas que entram agora têm que ser pessoas alinhadas com os objetivos da organização. Alinhadas com a definição do negócio, com a missão da empresa, com os valores específicos da empresa, com carac-*

terísticas de comportamento, atitude, com conhecimento intelectual, muito mais centradas nas necessidades das organizações. Obviamente o papel do RH é tentar identificar os interesses, os objetivos das pessoas e alinhar com o das organizações. Então, o RH tem papel de transcendental importância. Não podemos nos dar ao luxo de contratar uma pessoa e daqui a 90 dias demiti-la e botar outra. Isso é custo, é tempo perdido. Da mesma forma não adianta estarmos fazendo desenvolvimento de pessoas, desenvolver por desenvolver, fazer cursinho. Isso é despesa. A gente tem que treinar aquilo que é necessário, de formas alternativas e criativas.

► *Revista Fenacon - O que mais vem sendo exigido do profissional moderno por parte das empresas?*

► *Mattos - Conhecimento, flexibilidade, agilidade, muita capacidade de implementação, multifuncionalidade, auto-direção, isso é o que está se exigindo de qualquer profissional do mercado.*

► *Revista Fenacon - Se para desenvolver um funcionário, é necessário que ele esteja, entre outras coisas, motivado, que meios o profissional de RH pode utilizar para desenvolver esse profissional, trabalhando o lado humano.*

► *Mattos - Não é responsabilidade de RH desenvolver as pessoas, a pessoas tem que querer se desenvolver. Hoje o auto-desenvolvimento tem que ser uma preocupação primeira da pessoa, depois, secundariamente, da empresa. A pessoa tem que se preparar para o mercado, não tem que se preparar para a empresa onde ela está, não tem que ficar esperando a empresa pagar, a empresa ficar se preocupando com o seu desenvolvimento. Isso é uma coisa passada, quem está fazendo isso está perdendo tempo ou então já está no mercado de trabalho procurando emprego e não está conseguindo. Porque, se há novas tecnologias, mudanças de processos, implementação de novas áreas, novos sistemas de trabalho dentro da empresa, isso requer uma adequação das pessoas para necessidades específicas. Mas, desenvolvimento, ou seja, eu ser melhor como profissional, isso tem que ser uma preocupação do profissional. Quem não pensou nisso ao longo dos anos está engrossando a fileira de desemprego. Se não está ainda, pode estar no futuro.*

Reducindo custos com a navegação

Nivaldo Cleto

Com a enxurrada de serviços online que os órgãos públicos colocaram na Internet e a crescente utilização dos Internet Banking, as empresas que possuem mais de cinco microcomputadores ligados em rede, muitas vezes encontram dificuldades para compartilhar um único modem e linha telefônica na utilização da Internet.

Imaginem a seguinte situação:

O Financeiro está pagando uma duplicata, emitindo um extrato, recolhendo uma GPS, enfim, utilizando todas as facilidades do sistema Internet Banking (atenção este sistema é diferente do sistema Home Banking, pois este exige uma ligação direta com o banco, e muitos gerentes de banco falam que o Home Banking é igual ao Internet Banking e não é verdade, pois pela Internet você movimenta a conta corrente de qualquer lugar do planeta);

O Departamento Fiscal consultando a legislação do ICMS no Posto Fiscal Eletrônico, recadastrando as microempresas, redigindo perguntas sobre procedimentos fiscais em situações especiais, calculando ICMS atrasados, etc...

A Contabilidade entregando as famigeradas DCTFs, as Declarações do Imposto de Renda, preenchendo o PAR (Programa de Autoregularização Fiscal), consultando Instruções Normativas, legislação do Imposto de Renda, e também não poderia deixar de consultar os diversos serviços online que o site da Fenacon oferece;

O Departamento Pessoal calculando as guias do INSS em atraso online no site da Previdência, consultando a conta fiscal dos clientes, tirando dúvidas no site da NetIOB que possui um respeitável banco de perguntas e respostas;

A diretoria mandando e-mail para os clientes e funcionários, em tempo real;

Ufa! Quanta coisa ao mesmo tempo! É, caros leitores, parece loucura, mas é um fato real que ocorre numa grande corporação e agora pode ocorrer nas pequenas empresas.

Agora, como viabilizar para que todas pessoas utilizem ao mesmo tempo a Internet, ocupando apenas uma linha telefônica e por um custo viável?

Esta solução já existe, conseguimos descobrir após muita persistência, pois poucos profissionais detêm esta tecnologia e co-



bram um preço inacessível para o pequeno e médio empresário..

Para que tenham uma idéia, um link direto com a Embratel, hoje em dia não sai por menos de R\$ 1.800 por mês. O que é um absurdo para uma pequena empresa.

Para quem deseja seguir nossa experiência, são necessários os seguintes passos:

1 - Disponibilizar uma linha telefônica e um único modem para acesso exclusivo da Internet (não tentem fazer extensões que não dará certo);

2 - Adquirir o programa gerenciador de conexão na Internet chamado Wingate (preço único da licença para 6 usuários US\$345);

3 - Procurar um provedor de acesso que ofereça acesso ilimitado por um custo mensal fixo e também deixe criar quantos emails o usuário quiser, sem custo adicional. Para se ter uma idéia, nossos testes foram realizados com o provedor Universo Online, considerado o melhor provedor do Brasil, pela I Best 98; custo mensal de R\$ 35.

4 - Os representantes do Wingate (<http://www.crescerci.com.br/wingate/>) dispõem de técnicos especializados para configurar suas máquinas. Recomendamos não tentar dar uma de Professor Pardal, consultem o profissional habilitado.

5 - Na sua empresa existirá um gerente da rede que determinará quem pode ou não acessar a Internet, inclusive mapear os sites que são visitados. Isto evitará que as pessoas desviam a atenção para sites que não interessam às atividades empresariais.

Se estiverem preocupados com o tempo de uso de ligações telefônicas, simulamos uma conexão durante vinte dias com oito horas de acesso por dia (dias úteis) quase sem interrupções e o gasto não ultrapassou R\$ 250 por mês.

Bom, agora que já temos uma linha telefônica exclusiva para Internet, um modem potente, o programa Wingate, um provedor de acesso com custo fixo sem limite de uso, todos nossos computadores em rede, é só mergulhar na Internet e se beneficiar do que ela tem de melhor: Buscar o maior número de informações e serviços com maior velocidade possível, no menor custo.

Boa Sorte !

Nivaldo Cleto

Mantenha contato com o colunista Nivaldo Cleto pelo E-mail - ncleto@uol.com.br



Maranhão

Sescon quer implantar centro de formação profissional no Maranhão

Há oito meses, o Sescon-MA apresentou ao MEC, através de consultoria especializada, projeto de implantação de um Centro Integrado de Educação Profissional - Cied, em São Luis, atendendo as diretrizes do Programa de Expansão da Educação Profissional do governo federal. No dia 18 de maio, a diretoria da entidade se reuniu em São Luís com a consultora do Proep, socióloga Maria Célia Andrade, que elogiou a consistência do projeto. Segundo ela, o fato dele ter sido escolhido dentre vários outros encaminhados de todo o país representa um passo decisivo para que seja viabilizado.

O objetivo do Centro Integrado é formar profissionais técnicos para atender as áreas com maior déficit de mão-de-obra especializada no estado, adequando-os às demandas do mercado de trabalho e às mudanças tecnológicas, organizacionais e gerenciais da economia atual. Ele qualificará e habilitará pessoas nas seguintes áreas: gestão comercial de bens e serviços, gestão empresarial e pública, turismo e lazer. Uma das exigências do Proep é que a escola seja diretamente ligada ao segmento empresarial do estado, que seria parceiro, tanto no processo de implantação, quanto no de gestão do Centro. Toda administração ficará sob responsabilidade do Sescon-MA. A visita de Maria Célia Andrade teve justamente o objetivo de avaliar o grau de comprometimento dos segmentos comunitários na implantação do projeto.

Interesse pelo projeto

O presidente do sindicato, José Ribamar Pires de Castro Filho, destacou que vários setores já demonstraram interesse em participar da iniciativa, incluindo o de hotelaria e turismo. Segundo ele, a área contábil será outra

bastante beneficiada. "Há uma carência muito grande de profissionais qualificados para as empresas contábeis aqui em nosso estado". A própria consultora do MEC ressaltou que a escola poderia formar restauradores de obras de arte e monumentos, área carente no Maranhão. Outra exigência do governo federal é que, como contrapartida, a escola ofereça 50% de vagas gratuitas.

A reunião teve a presença de representantes de importantes organizações do Maranhão, como a Proenter Engenharia; Cooperativa Integrada de Atividades Múltiplas, Mineradora Itamirim, Calhau Empreendimentos Turísticos e Sindicato da Construção Civil - Sinduscom-MA, além do representante da Secretaria de Fazenda do Município - Semfaz, Antônio César de Araújo Freitas. Também participaram da reunião, para conhecerem mais detalhes do projeto, a vice-reitora da Universidade Estadual do Maranhão, Maria Eline Oliveira; e os gerentes de Desenvolvimento Humano do Estado, Rubens Rosa e Elise de Aquino.

Novos Cieds

Pelo projeto, a escola terá dois mil metros quadrados e capacidade para formar mais de 10 mil alunos por ano na educação de nível básico (qualificação) e 150 pessoas/ano na educação profissional de nível técnico (habilitação). Pires de Castro ressaltou que soube da existência do Programa através da Fenacon, que vem dando apoio fundamental para o sucesso que a iniciativa vem tendo no Estado. A expectativa é que a escola possa estar funcionando a partir do ano 2000. Também estão em estudo pelo sistema Fenacon/Sescon, o Cied-PE (com projeto já apresentado no MEC) e os Cied-SC e o Cied-CE, em fase de pré-projeto.



O presidente do Sescon/MA, Ribamar Pires de Castro em busca de soluções: "Há uma carência muito grande de profissionais qualificados para as empresas contábeis aqui em nosso estado"

Parceria com o Sebrae

O Sescon/MA assina novo contrato de parceria com o Sebrae/MA para a prestação de mais um serviço gratuito à classe empresarial do Estado, "ou a quem necessitar, já que desta vez a inovação está na Internet", adiantou o presidente do Sescon/MA, José Ribamar Pires de Castro Filho. Aproveitando-se da carona do Sebrae/MA, que acaba de reestruturar seu site, o Sescon/MA fornecerá mensalmente à entidade uma agenda de compromissos com impostos e encargos a serem pagos e recolhidos pelas pessoas físicas e jurídicas. A página trará, além do prazo de pagamento, uma síntese da legislação atualizada acerca do que deve ser observado nos cálculos dos tributos. Este trabalho será elaborado por empresas contábeis e terá como contrapartida a disponibilização do link do Sescon no site do Sebrae.

INSS revê retenção de 11% para as empresas de serviços

A legislação de custeio da Previdência Social foi inovada através da Lei 9.711, de 20 de novembro de 1998, que criou uma nova obrigação para as empresas contratantes de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário: a retenção de valores para repasse ao INSS. O valor correspondente a 11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços passou a ser retido pelo contratante e recolhido ao INSS em nome da empresa cedente da mão-de-obra, servindo para compensação com os recolhimentos devidos ou objeto de eventual restituição.

O esclarecimento sobre as atividades atingidas pela retenção, a operacionalização da nova obrigação dos contratantes, bem como os procedimentos para a compensação e restituição foram estabelecidos, inicialmente, pela Ordem de Serviço 203, da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS, de 29 de janeiro de 1999. O ato normativo foi objeto de questionamentos, notadamente em vista da percepção de atingimento de atividades não previstas na lei que instituiu a retenção.

Decreto 3.048

No entanto, com a edição do novo regulamento de custeio e benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048, em 6 de maio de 1999, a retenção previdenciária mereceu novas disposições regulamentares, tendo havido a necessidade de revisão das disposições do ato normativo anterior. Assim, foi editada a OS 209 de 20 de maio de 1999, que obedecendo às disposições do novo regulamento da Previdência, veio a limitar a incidência da retenção previdenciária a um conjunto muito menor de atividades, definindo mais



Quase 500 pessoas participaram, no dia 28 de junho, do evento promovido pelo Sescon/SP para esclarecer e debater estes novos aspectos da retenção previdenciária no setor de serviços, no caso de cessão ou empreitada de mão-de-obra. O evento contou com Luiz Alberto Lazinho, diretor de Arrecadação e Fiscalização do INSS e João Donadon, coordenador geral de Arrecadação do órgão

claramente os casos de incidência e exclusão.

Para esclarecer e debater estes novos aspectos da retenção previdenciária no setor de serviços, no caso de cessão ou empreitada de mão-de-obra, o Sescon-SP promoveu palestra, no dia 28 de junho, com Luiz Alberto Lazinho, diretor de Arrecadação e Fiscalização do INSS e com o João Donadon, coordenador geral de Arrecadação do órgão.

No evento, realizado em São Paulo, com a presença de aproximadamente 500 pessoas, Lazinho destacou as iniciativas para a modernização da Previdência Social, especialmente os serviços prestados pelo Prev-Fone e a possibilidade de acessar o órgão via internet. Falou ainda de um programa específico em desenvolvimento, para o cumprimento pela infovia, das obrigações acessórias perante o INSS.

Quanto à retenção previdenciária, cuja principal intenção era criar um mecanismo de combate à evasão, Lazinho comentou que os objetivos estão sendo atingidos, citando que a arrecadação pontuada em algumas atividades objeto da retenção chegou a ter acréscimo da 40%. Lembrando evento anterior realizado pelo sindi-

cato sobre o tema, disse que sua previsão de limitação das atividades sujeitas havia sido concretizada, havendo por força do novo regulamento da Previdência Social, uma taxativa disposição que somente atinge dois grupos de empresas.

Grupos de Empresas

No primeiro grupo estão as empresas de limpeza, conservação e zeladoria, vigilância e segurança, construção civil, serviços rurais e digitação e preparação de documentos para processamento de dados. Estas sofrem a retenção em qualquer modalidade de prestação de serviços, inclusive temporários.

No segundo grupo, estão as empresas que atuam no acabamento, embalagem e acondicionamento de produtos; cobrança: coleta e reciclagem de lixo e resíduos; copa e hotelaria; corte e ligação de serviços públicos; distribuição; treinamento e ensino; entrega de contas e documentos; ligação e leitura de medidores; manutenção de instalações, de máquinas e equipamentos; montagem; operação de máquinas, equipamentos e veículos; operação de pedágio e de terminais de transportes; operação de transportes



de cargas e passageiros; portaria, recepção e ascensorista; recepção, triagem e movimentação de materiais; promoção de vendas e eventos; secretaria e expediente; saúde; e telefonia, inclusive telemarketing.

No último grupo, em qualquer das atividades mencionadas, somente haverá retenção previdenciária no caso de cessão de mão-de-obra, basicamente a colocação à disposição do contratante de segurados, nas dependências dele ou de terceiro, independentemente da natureza e da forma da contratação.

José Constantino de Bastos Jr. - coordenador do Departamento Jurídico do Sescon-SP.

Rápidas

Homenagem



A galeria dos ex-presidentes do Sescon-SP, ganha em 21 de maio, a foto de Ari de Oliveira Santos, Na foto acima, a esposa do ex-presidente, Ivete Oliveira Santos, com os filhos (esq. p/ dir.) Ari Júnior, Alessandra, Álvaro Luiz e Aline.

Repartições Públicas

A cidade de Jacareí recebeu, no dia 17 de junho, o "I Fórum Regional de Debates - Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira". O evento, que teve como tema "A importância das empresas contábeis junto às repartições públicas", foi promovido pela delegacia regional do Sescon-SP e Associação das Empresas Contábeis de Jacareí.

Rio de Janeiro

Caravanas para Conesc

O Sescon-RJ está, desde o início do ano, se mobilizando para levar o maior número de empresários contábeis fluminenses à 8ª Conesc, maior evento da classe no país, que acontece em Curitiba, de 20 a 22 de outubro. Portanto, resta pouco mais de dois meses para o início do evento. Quem não quiser ficar de fora, já pode procurar o sindicato, que está organizando uma caravana do Estado, para associados ou não. O Jornal do Sescon-RJ também dedicou duas páginas da edição de maio/junho sobre os preparativos da Convenção. A matéria inclui inscrição, programação e palestrantes, entre outras informações.

Ação coletiva para adesão ao Simples

As empresas contábeis associadas ao Sescon-RJ que desejarem poderão participar da ação que será impetrada pelo sindicato, pleiteando o enquadramento do segmento econômico no Simples. O Sescon-RJ já encaminhou ofício aos seus filiados com termo de adesão em anexo para que seja dado o "De acordo". O advogado Paulo Roberto Wiedemann será o representante legal na

ação por ter sido vitorioso em ações do mesmo tipo para outros segmentos empresariais.

No mesmo ofício, os associados também podem dar o "De acordo" para outra ação a ser impetrada, visando possibilitar as empresas a pagar o ISS pelo número de profissionais e não pelo movimento econômico como foi conseguido em Minas Gerais e Paraná. A ação, assim como a do Simples, beneficiará apenas os associados quites com suas obrigações sociais e legais. As empresas não sócias poderão participar das ações a partir do momento que se associarem.

Recrutamento de pessoal na sede do Sescon/RJ

O Sescon-RJ está oferecendo mais um serviço aos seus associados. Aqueles que desejarem fazer recrutamento para a sua própria empresa poderão utilizar uma sala com ar condicionado do sindicato para receber os candidatos ou encaminhamento de currículos. As empresas associadas que tiverem interesse em aproveitar mais esta oportunidade deverão entrar em contato com a sede do Sescon-RJ com ante-

cedência para o agendamento das entrevistas. Os currículos deverão ser identificados por um código para que o Sescon os separe e os envie para as respectivas empresas.

Encontro de Empresários da Região Serrana

Com o intuito de congregar os empresários contábeis em reuniões regionais, o Sescon-RJ programou para o dia 14 de agosto o Encontro dos Empresários Contábeis da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. A reunião será realizada em Teresópolis e terá a seguinte programação:

Programação do Encontro dos Empresários Contábeis da Região Serrana do RJ

- 10hs - abertura
- 10h30 às 12h30 - palestra (software house Alterdata)
- 12h30 às 14hs - almoço (cortesia Alterdata e Softguild)
- 14hs às 16hs - palestra (software house Softguild)
- 16hs às 16h30 - palestra (Sescon-RJ)
- 16h30 às 17hs - discussão livre sobre assuntos de interesse da classe
- 17hs - encerramento

Rigotto esclarece dúvidas sobre reforma para associados do Sescon/MT

O deputado Germano Rigotto participou de uma mesa redonda com os associados do Sescon-MT e do Sindicato dos Contabilistas de Mato Grosso, sobre a Reforma Tributária, no dia 22 de junho. Neste dia, o presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária também debateu sobre o tema na Federação do Comércio de Mato Grosso. No encontro com a classe contábil, ele falou sobre a necessidade da adoção de um sistema de tributação simplificado, de fácil fiscalização, de fácil cobrança, com tributos eficientes e com a base de arrecadação ampliada, corrigindo a distorção dos setores mais tributados.

Rigotto respondeu a várias perguntas sobre as principais dúvidas a respeito do processo de Reforma Tributária no Congresso Nacional, entre elas: como se promove a justiça fiscal?; que medidas estimulam o crescimento da produção?; o que muda para adequar a tributação à abertura comercial do país?; a proposta simplifica as obrigações do contribuinte?; a proposta "federaliza" o ICMS?; os estados e municípios vão perder receita?; a distribuição regional da renda pública vai mudar?; quais são as ações necessárias para fazer a Reforma Tributária?

O presidente do Sescon-MT, Elynor Rey Parrado, avaliou a Reforma Tributária, a partir do evento com o deputado Germano Rigotto, enfocando a importância de se discutir também a Reforma Fiscal.

"Ante a presteza e elucidativas respostas do deputado Rigotto, ainda ficou pendente a seguinte questão: será que a verdadeira eficácia da reforma tributária se dará se não houver uma grande reforma fiscal? É de se perceber que não. Como pode ha-

ver um melhor sistema tributário, responsável pela arrecadação do Estado, de forma ágil e simples (não simplória) se não houver uma profunda reforma no tocante aos gastos deste? Seria como se o dinheiro entrasse por um lado, de forma escoreita, e fosse derramado pelo outro lado, de forma incontrolável. Receita e gastos caminham juntos, coesos, partes de uma mesma moeda, intrínsecos em unidade, impossível de serem analisados em desconsideração mútua.

Portanto, o debate sobre a Reforma Tributária ainda é tema que merece uma melhor apreciação pelos contabilistas. O papel social que exercemos nos remete a responsabilidade de comungar esforços com os demais segmentos da sociedade civil, em busca de um desenvolvimento econômico sustentável, com equidade na distribuição da renda, ado-



Deputado Germano Rigotto, presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária na Câmara, participou de debate na Federação do Comércio de Mato Grosso

Diretrizes para a Reforma Tributária

Seguindo um dos objetivos do Sescon-MT de promover o profissional de contabilidade para que ele tenha uma atuação social, política e econômica, de modo que seja um dos sustentáculos da democracia, a diretoria da entidade relacionou pontos que acredita serem fundamentais para a proposta final que irá reformar o capítulo sobre o sistema Tributário Brasileiro na Constituição Federal. São eles:

- ★ Promover a justiça fiscal, principalmente através do combate à sonegação;
- ★ Estimular a expansão e modernização do setor produtivo do país;
- ★ Adequar a tributação à abertura do país para o exterior, eliminando entraves à competitividade de nossas exportações e à competição no mercado nacional;
- ★ Simplificar as obrigações dos contribuintes;
- ★ Fortalecer a federação;
- ★ Criar instrumentos que permitam produzir uma distribuição regional das rendas públicas justa e adequada ao país;
- ★ Simplificar o texto constitucional, excluindo diversas disposições, que continuarão em vigor com força de lei complementar.



tando uma tributação de acordo com a capacidade contributiva através de um mecanismo que não seja regressivo. E nos parece igualmente "indelegável" o dever de também contribuir para que a aplicação dos gastos públicos represente a real necessidade da promoção do bem estar social, ao retornar em obras essenciais para a qualidade de vida.

Ainda que tenha ficado claro pela explanação do deputado Rigotto de que o prazo para apresentação de emendas tenha se encerrado no dia 30 de abril e de que a tramitação das 98 propostas de emendas estão sendo analisadas pelo relator Mussa Demes (PFL/PI), temos que sugerir alterações antes do fechamento da proposta. Isto posto, assim como em uma empresa nos preocupamos com o equilíbrio do balanço patrimonial. Enquanto profissionais estamos preocupados com o equilíbrio das contas públicas para poder gerar o desenvolvimento com emprego e renda."

Santa Catarina

Cursos têm a participação de quase duas mil pessoas em Santa Catarina

OSescon-SC realizou 44 eventos técnicos, entre cursos próprios, cursos e seminários em parceria com empresas especializadas, e através do convênio de educação continuada Fecontesc/CRCSC/ Sescons. Ao todo, foram registrando um total de 1.917 profissionais treinados no 1º semestre de 1999. "Precisamos acompanhar a velocidade das decisões e das informações, nesta virada do milênio", destacou o presidente do Sesco-SC, Roberto Wuthstrack.

Nas parcerias com empresas especializadas em treinamento empresarial, os associados do Sescon-SC foram beneficiados com descontos de 15 a 20%. As empresas são: Fadel Cursos, Informare, Actus Auditores e Koenig/

Osmar Schulze. Também foram realizados seminários de atualização mediante convênios com o INSS e Receita Federal, em um processo de aproximação de órgãos de arrecadação com os empresários contábeis.

Para o segundo semestre, o planejamento de atividades do Sescon/SC prevê convênios com empresas que comercializam ECFs - Emissor de Cupom Fiscal e softwares de controle comercial, com o objetivo de proporcionar alternativas aos empresários de contabilidade na orientação da informatização de seus clientes. Além disso, incentivar a participação dos empresários de contabilidade e de assessoramento nos eventos técnicos programados, em especial a XXI Contesc, em Lages, e a VIII Conesc, em Curitiba.

Anúncio 1/2 páginas
Mastermaq

Ano 1999

Agosto

XXIII Conferência Interamericana de Contabilidade

* Reunião do Conselho Executivo da AIC - 31 de Julho

* Junta de Diretores da AIC - 1º de agosto

* Junta de Presidentes

02 a 05 de agosto

San Juan - Porto Rico

Informações: Tel.: (787) 754-1950/ Fax: (787) 756-8111.

Site: <http://www.prccpa.org/> E-mail: prccpa@prccpa.org

(Colégio de Contadores Públicos Autorizados de Puerto Rico)

I Conferência Interamericana de Contabilidade

02 a 05 de agosto

San Juan - Porto Rico

Informações :

Associação Interamericana de Contabilidade Site: <http://www.respondanet.com/AIC>

III Congresso Interamericano de Professores da Área Contábil

06 a 07 de agosto

San Juan - Porto Rico

Informações:

Associação Interamericana de Contabilidade Site: <http://www.respondanet.com/AIC>

VII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul

18 a 20 de agosto

Canela - RS

Informações:

Site: <http://www.crcrs.org.br>

IV Convenção de Contabilidade de Goiás

18 a 20 de agosto

Centro de Cultura e Convenções de Goiânia Goiânia - GO

Informações: (062) 281.2211 (CRC-GO)

Site: <http://www.internetional.com.br/crc-go>

V Encontro de Contabilistas, Sindicatos e Empresas de Serviços Contábeis do Estado da Bahia

19 a 21 de agosto

Itabuna - BA

Informações: Tel.: (071) 313-9666/ E-mail: sesconba@cpunet.com.br

Conarh99

25 a 27 de agosto

Palácio das Convenções do Anhembi São Paulo-SP

Informações: Tel.: (011) 256.0455

Site: <http://www.abrhnacional.org.br>

Seminário Regional Interamericano

26 a 28 de agosto

San Salvador - El Salvador

Informações:

Associação Interamericana de Contabilidade

Site: <http://www.respondanet.com/AIC>

Setembro

XVI Convenção dos Contabilistas do Est. de São Paulo

15 a 18 de setembro

(local ainda não definido)

Informações: Tel.: (011) 3662-0025/3662-0011 (CRC/SP)

XVIII Ciclo de Estudo de Londrina

15 a 17 de setembro

Cine Teatro Ouro Verde - Londrina - PR

XIX Assembléia Nacional de Graduados

16 a 18 de setembro

Tucumán - Argentina

Informações:

Associação Interamericana de Contabilidade

Site: <http://www.respondanet.com/AIC>

I Seminário das Empresas de Contabilidade, Auditoria, Consultoria e Assessoramento dos Municípios Sergipanos

23 e 24 de setembro

(local ainda não definido)

Informações:

(079) 224-8722

Fax: (079) 211-2785

Outubro

III Seminário Internacional dos Países Latinos Europa-América - " Los instrumentos de Colaboración" Internacional: UE, Mercosul, Nafta (O impacto do Euro nas Pequenas e Médias Empresas)

1º e 02 de outubro

Bologna - Itália

Informações:

Associação Interamericana de Contabilidade

Site: <http://www.respondanet.com/AIC>

VIII Conesc

VIII Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis

20 a 22 de outubro

Centro de Convenções de

Curitiba - PR

Informações:

Telefax: (041) 222-8183

(Sescap/PR)

Pela Internet

<http://www.conesc.com.br>

Infoimagem'99

23º Congresso do Gerenciamento de Documentos

15º Congresso de Organização, Sistemas e Métodos

XXIII Exposição Internacional de Gerenciamento de Documentos

26 a 29 de outubro

Palácio das Convenções do Anhembi - SP

Informações:

Tel.: (011) 881-9829/ 282-0319 -

Fax: (011) 852-0779

Novembro

Seminário Regional Interamericano

25 a 27 de novembro

Cusco - Peru

Informações:

Associação Interamericana de Contabilidade

Site: <http://www.respondanet.com/AIC>

Ano 2000

Junho

Seminário Regional Interamericano

14 a 16 de junho

Fortaleza

Informações:

Associação Interamericana de Contabilidade

Site: <http://www.respondanet.com/AIC>

Agosto

III Encontro Nordestino de Empresas de Serviços Contábeis

Salvador - BA

Informações:

Tel.: (071) 313-9666

E-mail: sesconba@cpunet.com.br

Outubro

XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade

15 a 20 de outubro

Centro de Cultura e Convenções de

Goiânia - GO

Informações:

Tel.: (061) 314-9600 (CFC)

Ano 2001

Novembro

XXIV Conferência Interamericana de Contabilidade

Novembro

Punta del Este - Uruguai

Informações:

Associação Interamericana de Contabilidade (AIC)

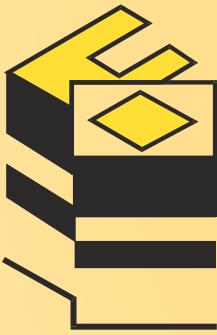
Site:

<http://www.respondanet.com/AIC>

Anúncio No Paper

**Anúncio Conesc
Com ficha de Inscrição
para recortar**

Anúncio Conesc Com ficha de Inscrição para recortar



Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>
E-mail : fenacon@bbcont.com.br

SESCON/ Alagoas

Pres.: *Anastácio Costa Mota*
R. Dr. Albino Magalhães, 185 - Bairro Farol -
57050-080 - Maceió/AL
Tel. (082) 221.4581/ 4968 - Fax (082) 221.4968

SESCON/ Bahia

Pres.: *José Roservaldo Evangelista Rios*
Praça Onze de Dezembro, 5 - cj 302 - Calçada -
40410.360 - Salvador/BA
Tel. (071) 313.9666 - Fax (071) 313.9467
sesconba@cpunet.com.br

SESCON/ Blumenau

Pres.: *Carlos Roberto Victorino*
R.15 de novembro,550 -10º and. - 89010-000 -
Blumenau/SC
Telefax. (047) 322.1102
victorino@flynet.com.br

SESCON/ Caxias do Sul

Pres.: *Flávio Jair Zanchin*
R. Italo Victor Bersani, 1134 - Jd. América-
95050-520
Caxias do Sul/RS
Tel. (054) 228.2425 - Fax: (054) 222.7825
sesconcx@visao.com.br

SESCON/ Ceará

Pres.: *Cleodon de Brito Saraiva*
Av. Sn. Virgílio Távora, 1701 - 3º andar - sl. 306 -
Bairro Aldeota - 60170-251 - Fortaleza/CE
Tel. (085) 224.9539 - Fax (085) 244.3557
sescon-ce@secrel.com.br

SESCON/ Distrito Federal

Pres.: *Antônio Gutenberg Moraes de Anchiéta*
Rua SHN - Quadra 2 - Bl. J - Galeria Garvey -
Park Hotel Sub-solo Sala 214 - Asa Norte -
70710-300 - Brasília/DF
Telefax (061) 326.1976/328.5606
sescondf@tba.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sescondf>

SESCON/ Espírito Santo

Pres.: *Haroldo Santos Filho*
R. Alceu Aleixo, 117 - Térreo - Jucutuquara -
29042-010 - Vitória/ES
Tel. (027) 223.4936. Fax:(027) 223.3547
sescones@zaz.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sescones>

SESCON/ Goiás

Pres.: *Antônio Ferreira Neves*
Av. Goiás, 400 - Ed. Bradesco - 10º and. sl. 104 -
Centro - 74010-010 - Goiânia/GO
Telefax (062) 212.4477
sescngo@international.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sescngo>

SESCON/ Grande Florianópolis

Pres.: *Antonio José Papir*
R. Araújo Figueiredo, 119 - Centro Executivo
Veloso - sl. 402 - 88010-520 - Florianópolis/SC

Tel. (048) 222.1409 - Fax: (048) 222.0226/0888
sescon@brasilnet.psi.br

SESCON/ Londrina

Pres.: *Osmar Tavares de Jesus*
R. Senador. Souza Naves, 289 - sobreloja Ed.
Euclides Machado - 86010-914 - Londrina/PR
Telefax. (043) 329.3473

SESCON/ Maranhão

Pres.: *José Ribamar Pires de Castro Filho*
Av. Gerônimo de Albuquerque, S/N, sala 201 -
Retorno do Calhau - 65051-200 - São Luís/MA
Telefax: (098) 246.9153
sescon-ma@elo.com.br
<http://www.elo.com.br/sescon>

SESCON/ Mato Grosso

Pres.: *Elynor Rey Parrado*
R. São Benedito, 851 - Bairro Lixeira - 78010-800
Cuiabá/MT
Telefax (065) 623.1603
sescon-mt@inter-fox.com.br

SESCON/ Minas Gerais

Pres.: *João Batista de Almeida*
Av.Afonso Pena, 941 - 9º andar cj 901- 30130-002
Belo Horizonte/MG
Telefax (031) 273.7353
sescon-mg@netland.com.br

SESCON/ Pará

Pres.: *Carlos Alberto do Rego Correa*
Travessa 9 de Janeiro, 2050 - Cremação -
66063-260 - Belém/PA
Tel. (091) 259.2894 - Fax (091) 249.9768
sesconpa@nautilus.com.br

SESCON/ Paraíba

Pres.: *Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.*
Av. Tabajaras, 1085 - 58013-270 - João Pessoa/PB
Telefax (083) 241.6930
sesconpb@elogica.com.br

SESCAP/ Paraná

Pres.: *Valdir Pietrobon*
R.Marechal Deodoro, 500 -11º andar - Ed.
Império - Centro - 80010-911- Curitiba/PR
Telefax. (041) 222.8183
sescap@milenio.com.br
<http://www.milenio.com.br/sescap>

SESCON/ Pernambuco

Pres.: *Geraldo de Paula Batista Filho*
R. General Joaquim Inácio, 465 - 1º andar -
sl.101 - Ed.D'Angelus Center - 50070.270 -
Recife/PE
Tel. (081) 423.8505 - Fax. (081) 423.6121/6954
sesconpe@truenet.com.br

SESCON/ Ponta Grossa

Pres.: *Luiz Valdir Slompo de Lara*
R. Comendador Miró, 860 - 1º andar - 84010-160
Ponta Grossa/PR

Tel. (042) 222.1096 - Fax: (042) 222.5040

SESCON/ Rio de Janeiro

Pres.: *José Augusto de Carvalho*
Av. Presidente Vargas, 542 - Centro - sl.1906 -
20071-000 - R.Janeiro/RJ
Tel (021) 233.8868 - Telefax - (021) 233.8899
sesconrj@domain.com.br

SESCON/ Rio Grande do Norte

Pres.: *Ruy Cadete (vice-presidente)*
R. Saneamento, 178 - Petrópolis - 59012-410 -
Natal/RN
Tel. (084) 221.3619/ 211.2839/6408 - Fax:
(084)211.7283

SIECONT/ Rondônia

Pres.: *Wilmar Pereira Martins*
R. Joaquim Nabuco, 2.699 - Altos - sl.4 - Bairro São
Cristóvão - 78902-450 - Porto Velho/RO
Tel. (069) 224.4842 - Fax: (069) 224.6625/223.3088

SESCON/ Roraima

Pres.: *Maria de Fátima Bezerra da Silva*
Av.Getúlio Vargas, 687-W - Centro/Anexo - 69310-030
Boa Vista/RR
Telefax. (095) 224.5259

SESCON/ Santa Catarina

Pres.: *Roberto Wuthstrack*
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - 3º andar - Ed.Centro
Comercial - bl.B - sl.306 - 89201-906 - Joinville/SC
Telefax (047) 433.1131/9849
sesconsc@sesconsc.org.br
<http://www.bbcont.com.br/sesconsc>

SESCON/ São Paulo

Pres.: *Aparecida Terezinha Falcão*
R. Formosa, 367 - 23º and. - 01049-000
São Paulo/SP
Tel. (011) 220.5077- Fax (011) 223.3785
sesconsp@sescon-org.br
<http://www.sescon.org.br>

SESCON/ Sergipe

Pres.: *Jodoval Luiz dos Santos*
R. Siriri, 496 - sl. 4 - 1º andar - Centro - 49010-450
Aracaju/SE
Tel (079) 224.8722 - Fax (079) 211.2785
sesconse@netdados.com.br
<http://www.netdados.com.br/~sesconse>

SESCON/ Sul Fluminense

Pres. *William de Paiva Motta*
R. Orozimbo Ribeiro, 14 - sl. 201 - Centro - 27330-
420 -Barra Mansa/RJ
Telefax (024) 322.1755

SESCON/ Tocantins

Pres.: *Marcos Armino Koch*
LOC - ACSE 1 - cj 02 - Lote 02 - Centro - 77000-030
- Cx. Postal. 27 - Palmas/TO
Telefax (063) 215.2852
contato@netsgo.com.br

Empresário, mantenha contato com o seu sindicato ou com a Fenacon através da Internet. É mais rápido, mais cômodo e mais barato. Mande suas sugestões, reivindicações e, o mais importante, informações para que os líderes sindicais possam trabalhar melhor para suas empresas.

Anúncio Prosoft